

Língua/Identidade: (i)migrações e o processo linguístico em Porto Novo/SC

João Vitor Sausen¹

Murilo de Melo Penha²

Ricardo Kemmerich³

André Luís Ramos Soares⁴

Resumo

O século XIX foi marcado pelo começo da imigração germânica oficial para o Brasil. Tais imigrantes eram provenientes de um contexto de crescente impulso nacionalista e de posterior formação de um Estado-nação alemão, trouxeram consigo a valorização de línguas vernáculas como o *hoch deutsch*, e a busca pela manutenção das mesmas, já que representavam o cerne da sua identidade. Muitos imigrantes germânicos, quando instalados em solo brasileiro mantiveram a tendência de formação de comunidades onde se relacionavam apenas com indivíduos de língua comum. Tendo em vista a formação de um sentimento de brasilidade, o projeto de nacionalização empreendido pelo Estado Novo (1937-1945) impõe um fim às “bolhas” culturais dentro do seu território, numa tentativa de introduzir os indivíduos que as compunham em um ambiente de fala lusitana. O presente artigo visa uma breve análise do processo de nacionalização, empreendido especificamente em uma colônia exclusiva para teuto-brasileiros de religião católica, conhecida como “Porto Novo”.

Palavras-chave: germanismo, nacionalização, Porto Novo.

Introdução

Porto Novo é o nome de uma antiga colônia que compreende atualmente os municípios de Itapiranga, São João do Oeste, Tunápolis, além de partes de Iporã do Oeste e Santa Helena. Localiza-se no estado de Santa Catarina, no encontro das fronteiras com a República Argentina e o estado do Rio Grande do Sul.

¹ Graduando em história na UFSM; estagiário do Núcleo de Estudos do Patrimônio e Memória, onde possui Bolsa Probiç/Fapergs ; colaborador do Grupo de Estudos do Mundo Antigo e Mediterrâneo (GEMAM/UFSM); sausenjoavitor@gmail.com.

² Acadêmico do curso de História - Bacharelado e Licenciatura Plena da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Estagiário do Núcleo de Estudos do Patrimônio e Memória (NEP/UFSM; Estagiário do Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas (LEPA); murilopenha96@gmail.com.

³ Graduado em história pela UFSM; Mestrando do Programa de Pós Graduação em História da UFSM; Bolsista CAPES/DS, rikrd_kemmerich@hotmail.com.

⁴ Coordenador Núcleo de Estudos do Patrimônio e Memória - NEP-Departamento de História - UFSM; Coordenador Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas - LEPA - Dep. História- UFSM; Tutor do Programa de Educação Tutorial - PET - Indígena; Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em História - PPGH - mestrado e doutorado; Professor convidado Mestrado em Arqueologia e Arte Rupestre - Instituto Politécnico de Tomar - IPT- Portugal; Investigador colaborador do grupo de Quaternário e Pré-História do Centro de Geociências da Universidade de Coimbra, Portugal; Docente Visitante Erasmus Mundus, programa de Mestrado em Arqueologia Pré-Histórica e Arte Rupestre - IPT - Portugal; alrsoaressan@gmail.com.

Foi formada como colônia exclusiva para alemães ou teuto-brasileiros que fossem de religião católica, desta forma, caracteriza-se como um evento ímpar na história das (i)migrações alemãs para o Brasil. Tal projeto era de iniciativa da *Volksverein für die Deutschen Katholiken in Rio Grande do Sul* (Sociedade União Popular para os alemães católicos no Rio Grande do Sul), fundada em 1912 e incumbida de zelar pela manutenção cultural dos grupos que a fundaram.

Partindo de tal princípio vemos que a *Volksverein* tinha um norte preservacionista, aplicado em um contexto onde não havia uma identidade brasileira plenamente definida e abrangente. Além deste fato, suas principais lideranças, entre elas o Pe. Theodor Amstad, eram reconhecidas figuras dentro do germanismo⁵ sulriograndense. Sendo assim, podemos entendê-la como um projeto de resistência à integração dos imigrantes e seus descendentes, o que era extremamente danoso no ponto de vista germanista.

O germanismo tem suas raízes no nacionalismo alemão gestado ao longo do século XIX. E assim como este, valoriza como principal aspecto identitário a língua. Assim sendo, A identidade germânica será explanada aqui a partir do viés linguístico, onde se encontra o *hoch deutsche* enquanto língua padrão alemã.

Neste artigo, nos propomos a analisar a relação entre a nucleação voltada estritamente para um grupo específico e o processo linguístico empreendido neste ambiente. Este trabalho tem origem em pesquisas desenvolvidas dentro do Núcleo de Estudos do Patrimônio e Memória (NEP-UFSM).

Capítulo I - Nacionalismo e Germanismo: conceitos de nação alemã através do Atlântico

A era vitoriana, ou o século XIX, foi marcada por grandes transformações nos mais variados aspectos. Este mesmo século foi também a era do surgimento em massa de nacionalismos ao longo da Europa, e mais tarde de sua difusão pelo mundo. O nacionalismo, por sua vez, é caracterizado pela consciência de uma coletividade marcada por aspectos culturais, a *nação*, que não passa de uma “Comunidade Imaginada”, pois “(...) ela é imaginada porque mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão, ou sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles”. (ANDERSON, 2008, p. 32).

⁵ Ver Silva, 2005.

Para Eric J. Hobsbawm, o nacionalismo “(...) é um programa político, e em termos históricos é algo bem recente. Ele sustenta que grupos definidos como ‘nações’ têm o direito a, e a partir de então deveriam, formar Estados territoriais (...)” (1992, p. 4, tradução nossa⁶), desta forma, o nacionalismo é um movimento que busca a união política e soberana de uma comunidade imaginada (a nação).

Esta comunidade imaginada, unificada e soberana, daria origem a um Estado-Nação, que, para Ernest Gellner, resulta da união entre cultura e política, em razão de que “*Una cultura avanzada impregna toda la sociedad, la determina y necesita el apoyo de una política. Ese es el secreto del nacionalismo*” (p. 33, 2001).

Quando se trata da “nação alemã”, é importante apontar que não havia um Estado que unificava todos aqueles que eram considerados pertencentes a ela (a nação). O que havia, no começo do século XIX, eram dezenas de Estados germânicos⁷ dos mais variados tamanhos, e, a princípio, pouca ou nenhuma consciência coletiva (juntamente com demasiados conflitos)⁸ (GEARY, 2005, p. 36).

As raízes do nacionalismo germânico estão no meio intelectual, e o mesmo foi tomado como uma arma frente à “ameaça” napoleônica à soberania dos Estados germânicos. Desta forma, o nacionalismo surgiu como ferramenta de mobilização, e, mais tarde, foi moldado e alcançou outras esferas sociais. Entrementes, no papel de principal representante da cultura germânica, figurava a língua, e, graças à difusão do *hoch deutsch* no meio intelectual, este passou a ser considerado como a língua padrão (*standard*) alemã. Segundo Haike R. Kleber da Silva:

(...) a ideia de uma nação de nada dependia da existência ou não de um Estado alemão, na medida em que ambos eram entidades completamente distintas nesta tradição. A nação deveria estar circunscrita a todos os povos de língua alemã, permanecendo então um critério linguístico como princípio da nacionalidade.” (2005, p. 312)

⁶ “Nationalism is a political programme, and in historic terms a fairly recent one. It holds that groups defined as ‘nations’ have the right to, and therefore ought to, form territorial states (...)”

⁷ Ao longo deste artigo utilizaremos o termo “germânicos” para nos referir àqueles que tinham origem da região que futuramente seria unificada enquanto Estado-Nação alemão.

⁸ “ O império do Sagrado Imperador Romano [Onde estavam “unidos” os estados germânicos durante o século XVIII, até o começo do século XIX] compreendia seus principados particulares, acumulados durante os séculos e jamais adequadamente padronizados ou unificados (...) e a autoridade imperial sobre uma variedade de territórios que iam desde grandes potências por si mesmas, como o reino da Prússia (...) passando por principados de todos os tamanhos, até repúblicas de cidades-Estados independentes e “cavaleiros imperiais livres” cujas propriedades, frequentemente apenas alguns acres de terra, não tinham senhores mais altos. Cada uma dessas áreas, por sua vez, se bastante grande, demonstrava a mesma falta de unidade territorial e de padronização, dependendo dos caprichos de uma longa história de aquisições fragmentárias, divisões e reunificações da herança de família”. (HOBSBAWM, 2016a, p. 150)

Após a Unificação Alemã, ficava ao encargo do Estado-Nação, a tarefa de “homogeneizar” seus membros, todos com uma mesma cultura, e fiéis ao mesmo Estado. E esta tarefa foi relegada às escolas. Todavia, em suas raízes, o nacionalismo germânico não previa uma fidelidade à algum Estado, mas sim à nação alemã (RAMBO, 1994, p. 48), e dentro desta fidelidade nacional era pregada a manutenção linguística, a valorização cultural, e especialmente a transmissão destes valores para as gerações seguintes (evitando assim, o enfraquecimento ou até a morte da nação).

Ademais de ser a “era do nacionalismo”, o século XIX também foi marcado por grandes migrações. Muitos foram os germânicos que emigraram rumo ao Continente Americano. Antes mesmo da Unificação política, o processo emigratório foi o culpado de criar grandes distâncias entre os “alemães”.

O Brasil foi o alvo de um grande número de migrantes, que passaram a viver principalmente na região sul. A nova realidade dos imigrantes era caracterizada pela renúncia à Europa, assim sendo, a não expectativa de volta ao antigo lar, e a consequente busca pela criação de laços com a nova casa (SEYFERTH, 1994. p. 15).

Entre os grupos migrantes no Brasil, ainda no século XIX, e especialmente entre uma camada da elite, começou a ser fomentada e divulgada uma ideologia denominada de germanista, que pregava a fidelidade à “nação alemã” e o vínculo político com o Estado brasileiro. Criaram uma identidade dual, “teuto-brasileiro”, teuto de nação, e brasileira de cidadania:

*(...) a identidade é composta de dois elementos: um relativo à fidelidade étnica e cultural e outro à fidelidade política. A etnicidade na compreensão dos germanistas, é primordialista e está embutida na noção de *volkstum*, que é a essência da qual é formado o povo que, por seu lado, constitui uma nação. Essa essência é compreendida como caráter nacional e, às vezes, como etnicidade (...)* (SILVA, 2005, p. 298)

A ideia germanista tem origem na noção de transmissão de nacionalidade germânica através do *jus sanguinis*. Na qual, sem a influência do solo de nascença, o que realmente importava era a ligação sanguínea, ou seja, um filho de alemães nascido no Brasil, é também alemão, o que inclusive incluía ligações maiores (como avós, ou bisavós). Todavia, de acordo com a normativa brasileira, apoiada no *jus solis*, um filho de alemães nascido no Brasil seria, desta forma, brasileiro.

Para os ideólogos do germanismo, o objetivo era a manutenção da existência da nação alemã em terras brasileiras, juntamente com todos os direitos políticos garantidos pelo Estado, oferecendo em troca o patriotismo. Para Haike:

“A luta da germanidade constituía-se, isso é visível, numa resistência à assimilação, critério básico para a integração à nação brasileira (...) propunham a construção de uma identidade teuto-brasileira em que os elementos de uma e de outra estariam por eles bem definidos. Nesta identidade hifenizada, a porção “teuta” afirmaria a ascendência, a origem étnica e nacional e a lealdade à língua, aos costumes, às instituições, enfim, ao modo de ser alemão (...) consideravam legítimo que os imigrantes assim como seus descendentes - nos quais corre sangue alemão - partilhassem dessa mesma identidade nacional. À porção “brasileira”, por outro lado, ficariam garantidas a lealdade política e todas as obrigações que a ligação a um Estado comportam”. (2005, p. 315)

Por conseguinte, no campo europeu foi desenvolvida uma ideologia que buscava um Estado que unisse a nação, enquanto no Brasil, o germanismo se ocupava em buscar uma forma de sobrevivência dos germânicos (ou desta nação) dentro de um Estado que não lhes “pertencia” (pois, era afinal o Estado dos brasileiros).

Capítulo II – A colônia Porto Novo: projeto de resistência à integração?

“Mesmo que se encontrassem, nos anos iniciais, em relativo isolamento, o fator isolamento/enquistamento não foi tão decisivo para a formação de uma identidade grupal; mas sim, pelo contrário, foi no contraste entre as culturas europeia e brasileira que se constituiu a etnicidade”.
(SILVA, 2005, p. 288)

Oriunda de um projeto germanista, a *Volksverein für die Deutschen Katholiken in Rio Grande do Sul* (Sociedade União Popular para os alemães católicos do Rio Grande do Sul), surgiu em 1912, principalmente como uma alternativa para “(...) preservar a cultura alemã, a língua, o folclore, os usos e os costumes; garantir boa assistência religiosa e escolar; (...) divulgar jornais e revistas do interesse dos alemães (...)” (JUNGBLUT, 2011, p. 116), e desta forma, garantir a manutenção étnico-religiosa, respectivamente, alemã e católica. Entre suas lideranças figuravam nomes de intelectuais germanistas como os padres Theodor Amstad e Max von Lassberg.

A corporação almejava a formação de uma colônia dirigida exclusivamente para alemães católicos. Todavia, com o desinteresse do governo do Rio Grande do Sul em

autorizar o projeto, juntamente com a possibilidade de adquirir terras no oeste catarinense, houve uma mudança de perspectiva dentro da instituição. Com auxílio do financiamento das “Sparkassen” (Cooperativas de Crédito), foram adquiridas as terras que viriam a ser nomeadas como “Porto Novo”, e assim, gradualmente, aconteceu a (i)migração para lá.

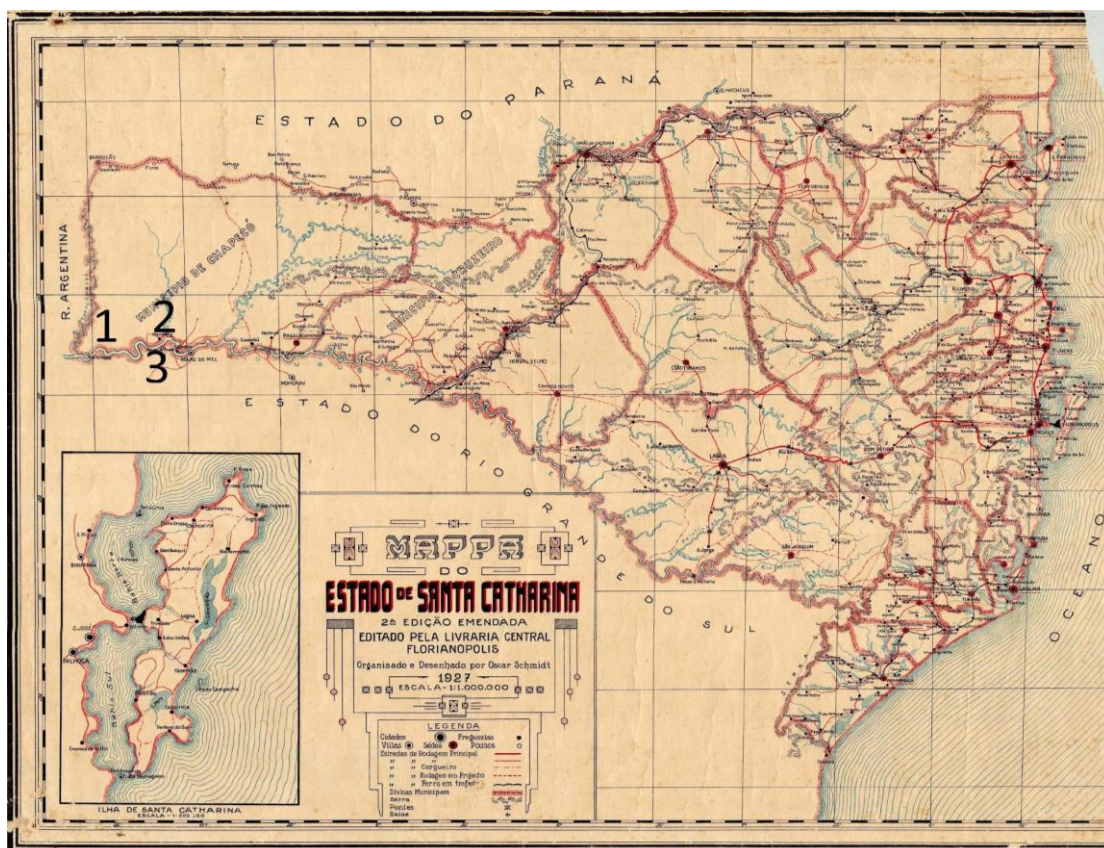


Figura 1: Mapa de Santa Catarina no ano de 1927. Pode ser observado o isolamento geográfico de Porto Novo (1), que na época pertencia ao município de Chapecó, juntamente com a relativa distância até a colônia de Porto Feliz (2) (já denominada como Mondahy). O Mesmo fator também é observável quando se volta o olhar aos municípios identificados no Estado vizinho (3), ou seja, mesmo com a viagem via Rio Uruguai sendo relativamente mais curta, ainda havia um grande distância com relação aos municípios do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.spg.sc.gov.br/mapas/sc/sc000.html>> . Acesso em: 01 jun. 2017.

A *Volkverein*, incumbida da administração do local, mantinha diversas escolas comunitárias onde o ensino era feito somente em língua alemã, *hoch deutsch* (alto alemão). Assim, em um processo de quase meia geração, os jovens foram educados somente na língua *standard* alemã, e esta, juntamente à outros dialetos era empregada na vida comunitária em geral, inclusive nas ações comerciais locais. A língua portuguesa tinha pouco espaço⁹, mas, não pode ser descartada.

⁹ Dadas as parcas condições infraestruturais, principalmente no que diz respeito à estradas, Porto Novo manteve um isolamento acentuado durante suas primeiras décadas, com alguns indivíduos que iam para o estado vizinho atrás de assuntos comerciais, como também com sua colônia vizinha Porto Feliz, com a qual Porto Novo teve a maior relação. Esta por sua vez era habitada majoritariamente por alemães acatólicos. Ou seja, no local onde os habitantes de Porto Novo tiveram um maior contato externo, era também falado a língua alemã, ou variantes da mesma.

Neste ponto é essencial apontar que as terras de Porto Novo não eram desabitadas no advento da chegada dos “colonos”, do contrário, a região da sede colonial tinham sinais nítidos de que já havia sido habitada. Junto à este fato, muitos lotes coloniais eram habitados por “caboclos”.

A vivência entre os (i)migrantes e os “caboclos” locais não foi um processo homogêneo. O grupo (i)migrante era a população majoritária e detentora de poder social, e muitas vezes era estabelecida uma relação preconceituosa com relação aos “caboclos”, e estes, dentro de sua posição desprivilegiada, sofreram com fortes dificuldades sócio-econômicas.

Uma das principais barreiras era a linguística. Desta forma, e adicionando profundos preconceitos, aos “caboclos”, foram destinadas posições comerciais, ou algumas funções empregatícias (para atividades desinteressantes aos colonos). Assim sendo, seria equivocado propor que os mesmos foram plenamente integrados ao meio social no início da existência de Porto Novo.¹⁰

Entretanto, como língua difundida entre as mais diversas comunidades e as duas sedes da colônia (Porto Novo, e Sede Capela), além da difusão através do ensino e seu uso nos meios burocráticos, vemos na língua alemã a principal representação identitária do contexto. A língua era capaz de dar ao indivíduo um papel diferenciado dentro da sociedade, a possibilidade de participação efetiva, e, é claro, ser sua marca identitária, em uma simples equação de falar alemão = ser alemão.

Como já vimos anteriormente, esta equação por si só não era possível, ela deveria vir acompanhada da valorização e difusão de outros aspectos culturais, para então resultar na identidade alemã. O que no caso de Porto Novo só se completaria com a adição do culto religioso católico apostólico romano. Segundo Paulino Eidt:

Toda a organização do projeto Porto Novo gravitava em torno da família e da vivência comunitária. No lar, católico, os pais exprimiram a preocupação moral e educativa da família. A família católica, constituída sobre uma rígida moral, quase puritana, deveria estar inspirada na “Sagrada Família”. A família foi um espaço de rastreamento da conduta, do poder paternal e da mulher piedosa, do ascetismo ao sexo e do culto aos santos (...) (EIDT, 2011, p. 61)

O que pode ser somado ao panorama apresentado por Leandro Mayer:

¹⁰ Ver Reichert, p. 190-191.

(...) a colônia Porto Novo apresentava forte valorização de elementos estrangeiros, entre eles a língua alemã, falada em todos os locais, inclusive na igreja; sua principal fonte de leitura vinha da Revista Sankt Paulusblatt (editada em alemão); os rádios embora poucos, sintonizavam as estações de rádio alemãs via ondas curtas; as escolas paroquiais ensinavam em alemão. (MAYER, 2016, p. 163)

Temos assim, a execução ímpar de um projeto germanista de preservação e reprodução de indivíduos padronizados segundo um ideal pensado a partir do nacionalismo alemão. Ideia a qual, que criava unidades onde na prática não existiam. Criavam-se concepções de comunidades unas e inseparáveis, totalmente idealizadas e dependentes de uma rígida perpetuação orientada¹¹.

Capítulo III - Nacionalização da Era Vargas: o “perigo alemão”

“(...) la nación no sólo se piensa, sino que se vive, se siente y se hace.
(GIORI, 2017, p. 95)

O germanismo, como já relatado, pregava uma fidelidade à nação alemã, mas não ao Estado alemão. Entretanto, a noção de fidelidade à nação alemã era inaceitável para o nacionalismo brasileiro, que, de acordo com Rambo tem origem na fusão entre “Nacionalidade, brasilidade, Estado e cidadania (...) num conceito híbrido em que um determinado substrato étnico-cultural entra em associação ou em parceria indissolúvel com a cidadania (...), em que se “(...) supõe, em primeiro lugar, compromisso político com o Estado brasileiro” (1994, p. 49).

De acordo com René E. Gertz, estavam presentes nas colônias alemãs do sul do Brasil ao menos três ideologias principais: germanismo, integralismo e nazismo. As ideologias, por sua vez, tinham uma força variável, sendo a primeira a mais difícil de ser mensurada por suas manifestações terem sido majoritariamente de membros da elite colonial, e não daqueles indivíduos de pouco poder aquisitivo.

¹¹ “Em vez de pensar as culturas nacionais como unificadas, deveríamos pensá-las como constituindo um dispositivo discursivo que representa a diferença como unidade ou identidade. Elas são atravessadas por profundas divisões e diferenças internas, sendo “unificadas” apenas através do exercício de diferentes formas de poder cultural (...) uma forma de unificá-las tem sido a de representá-las como a expressão da cultura subjacente de ‘um único povo’”. (Hall. 2006, p. 61-62)

Tanto o nazismo quanto o integralismo, segundo o autor, teriam pouca força dentro do ambiente colonial. Todavia, uma noção que confundia os três ideias somado à ideia de um “perigo alemão”, teriam motivado duras ações de caráter nacionalizador empreendidas pelo governo a partir de 1937, com a promulgação do Estado Novo.

Inicialmente as ações teriam sido “(...) mais seletivas, visando, preferencialmente, aos nazistas e parte dos integralistas” (GERTZ, 1991, p. 65), todavia, após os eventos de 1942 (torpedeamento de navios brasileiros por submarinos alemães e posterior declaração de guerra brasileira), a nacionalização alcançaria seu segundo estágio: o repressivo. A partir de então, o alvo das políticas nacionais era tudo aquilo que podia ser relacionado com o eixo (*ibid*, 1991, p. 68). O que não foi diferente com Porto Novo:

Vistos como “quistos étnicos” ou como “zonas desnacionalizadas” estes núcleos coloniais foram acusados de transmissores de ideologias estrangeiras, que colocavam em risco a segurança nacional do Brasil, originando as medidas nacionalizadoras repressivas do Estado Novo. Em muitas regiões, como é o caso de Itapiranga, até então, havia uma ausência quase total do Estado. Não existia assistência governamental à aquela zona, que se organizava em torno de elementos próprios. Escolas, por exemplo, até 1938 eram instaladas e mantidas no núcleo colonial pela companhia colonizadora, inclusive com a contratação e o pagamento dos salários dos professores. (MAYER, 2016, p. 162)

O processo de nacionalização introduzido então pelo Estado Novo passou a modificar o panorama dos portonovenses. No aspecto educacional, foi com o fechamento da escola paroquial, das demais escolas e mais tarde a nacionalização das mesmas que a colônia sofreu um grande impacto. A partir de então, aqueles que somente falavam palavras portuguesas que estavam introduzidas em seu dialeto tiveram que abrir mão de todo o conjunto de sua língua e passaram a ser autorizados a se expressar somente na língua estatal, “falar em alemão era motivo de denúncias que levaram muitos moradores de Itapiranga à prisão” (MAYER, 2016, p. 164). E com o fechamento das escolas:

A nacionalização significou uma quebra na estrutura e na tradição escolar que havia sido desenvolvida e cultivada por um século. Além disso, significava para os alunos uma verdadeira quebra no aprendizado: eles haviam sido alfabetizados em alemão; até passarem para o ginásio, quando teriam que saber português o suficiente, já teriam se passado quatro anos. Como consequência do nacionalismo, essas crianças acabaram por não aprender nem o alemão-padrão nem o português. (SPINASSE, 2008, p. 120)

Em um contexto de guerra, aos olhos do governo, aqueles que falavam em uma outra língua e, essencialmente a língua do país inimigo, poderiam estar conspirando contra o mesmo e armando planos de guerra. O medo era o de um inimigo interno. A partir deste pressuposto, foram proibidas quaisquer manifestações de apoio ou fidelidade a outra nação, forçando uma paixão pela pátria brasileira que os assimilava. Irônica era a visão de que manifestações de tal sentido poderiam não necessariamente anular o sentimento de pertença ao Brasil, pois, segundo Arthur Blásio Rambo:

A fidelidade à nacionalidade alemã em nada impede que um alemão, ou seu descendente assuma, na plenitude, a condição de cidadão do Estado brasileiro ou de qualquer outro, no qual nasceu e no qual foi registrado como cidadão ou no qual tenha conquistado a naturalização (...) é possível ser alemão e ser brasileiro ao mesmo tempo. (1994, p. 52)

E é talvez nesse sentido que a nacionalização trouxe seu maior impacto. O Estado brasileiro pouco se fez presente dentro de Porto Novo, era quase improvável que surgisse uma identificação com uma “nação” que não se “sentia”, pois:

A diferencia del Estado, la nación no es unicamente racionalidad, sino sentimiento y experiencia; la nación se hace bailando, se hace cantando, se hace en el enojo y en la rabia, en la alegría del festejo, en la experiencia compartida. La idea de nación no es producida por unos intelectuales que bajan su mensaje a las masas sino que es un diálogo constante desde arriba y desde abajo que requiere una cierta complementariedad y homogeneidad para ser poderosa. (GIORI, 2017, p. 96)

Desta maneira, a identificação com a nação depende diretamente do indivíduo se sentir vivendo (n)essa nação. E Porto Novo passou a viver (n)essa nação, adotando gradualmente o português.

No campo linguístico, mesmo após a proibição do ensino do alemão padrão (*hoch deutsch*), os grupos que residiam tanto em Porto Novo, como em qualquer outro lugar continuaram a manter suas falas maternas em âmbito familiar. Neste novo contexto de fala obrigatoriamente lusitana, aliada à uma maior integração à sociedade brasileira, era imperativo o aprendizado da nova língua, pois a partir de então era ela que poderia representar uma ascensão social. Porto Novo tornou-se brasileira, não mais somente no aspecto geográfico.

Capítulo IV - Porto Novo e a língua alemã no tempo presente

A nacionalização tratou de introduzir Porto Novo político-culturalmente ao restante do país, e acelerar o processo de integração que perdura até os dias atuais¹². Desta forma, a região passa por grandes mudanças, vistas no fracasso do “laboratório” étnico-religioso que ela representava. Assim, de acordo com Paulino Eidt:

No projeto Porto Novo, os colonos que se haviam fechado ao outro, defendendo o endograma e o microcosmo cultural, tiveram que, a duras penas, assumir sentimentos nacionais, apesar do parco conhecimento de outros espaços. A visão etnocêntrica do migrante colonizador não pretendia enxergar o outro ou o mantinha à distância. Petrificaram o mundo para nele viverem mais sossegadamente, mostrando-se não indulgentes com a alteridade. A positividade de uma mestiçagem sequer era formulada dada a auto superioridade inexorável atribuída ao migrante branco. (2011, p. 69)

Grandes transformações também afetaram o campo linguístico. Com o rígido controle sobre as manifestações de fala alemã, especialmente no ambiente urbano, ao poucos, foi crescendo e destoando o número de falantes da língua portuguesa quanto ao ambiente rural. Desta forma, em dias atuais, há um cenário onde o ambiente rural é notadamente mais de fala dialetal, enquanto o meio urbano é marcado pela fala da língua portuguesa e de pouquíssimas manifestações de dialetos alemães. A partir da análise dos impactos da repressão nacionalizadora, Leandro Mayer ressalta que:

(...) a ideia propagada era de que os elementos “desnacionalizados” foram todos transformados em brasileiros - fazendo com que todos falassem a língua portuguesa -, na perspectiva do sucesso através de sua estratégia política empregada, ora educativa, ora repressiva. Contudo, se o discurso era de que todos foram nacionalizados, parece-nos que isso não se concretizou totalmente em Itapiranga, visto que, até hoje, pessoas idosas não pronunciam uma palavra sequer em português. (MAYER, 2016, p. 170)

De acordo com esta afirmação e também de uma rápida passagem pelas cidades, pode-se afirmar que a presença de dialetos ou do *hoch deutsch*, ainda se mantém viva. E não somente relegada ao uso geral, podem ser encontradas publicações em línguas germânicas,

¹² O qual já era gradual desde 1824 (GERTZ, 1991).

feitas por indivíduos que não desejam abandonar a própria cultura. Gellner, precisamente propõe que “(...) *cuando la movilidad y la comunicación fuera de contexto se convierten en núcleo de la vida social, la cultura en que se nos ha enseñado a comunicarnos se convierte en la esencia de la propia identidad*” (2001, p. 87).

No meio escrito, ao longo das últimas décadas podem ser encontrados diversos artigos em jornais escritos geralmente em algum dialeto local, com o que o indivíduo aprendeu da escrita do mesmo (muitas vezes uma mistura do português com o alto alemão).

É preciso dar destaque também à um livro publicado em 2010. Trata-se de “*Eine deutsch-rumänische imigrantin und andere schriften*” (Uma imigrante teuto-romena e outros escritos), de autoria de Ida Müller Welter, e contém além de uma autobiografia da autora, alguns escritos seus publicados em um jornal local. A obra é bilíngue, com sua edição dividida entre a língua portuguesa e “o alemão falado em Itapiranga” (p. 12).

A língua, seja ela dialetal ou *standard*, é a representante de uma cultura, e por si só é indissociável de qualquer manifestação desse caráter. Mesmo que se busque o bilinguismo, a fala aprendida no ambiente familiar, sempre permanecerá como língua materna, e assim sendo, trará sempre consigo os traços culturais pertencentes a ela¹³.

Considerações Finais

A gestação da colônia Porto Novo pode ser apontada como fruto do pensamento nacionalista alemão, e principalmente de seu representante brasileiro, o germanismo. Tendo como objetivo a preservação e reprodução de indivíduos teuto-católicos de maneira isolada do restante do Brasil, a colônia sobreviveu desta maneira até 1938.

Como uma “bolha” estrangeira dentro do Estado brasileiro, Porto Novo, assim como tantas outras regiões brasileiras, foi considerada como um problema a ser resolvido durante a Segunda Guerra Mundial. Seus habitantes, majoritariamente germanófonos, foram proibidos de realizar qualquer manifestação nas suas línguas maternas.

¹³ “A língua é um sistema social e não um sistema individual. Ela preexiste a nós. Não podemos, em qualquer sentido simples, ser seus autores. Falar uma língua não significa apenas expressar nossos pensamentos mais interiores e originais; significa também ativar a imensa gama de significados que já estão embutidos em nossa língua e em nossos sistemas culturais (HALL, 2006, p. 40)”.

A partir de então, o processo de nacionalização transformou Porto Novo em uma cidade efetivamente lusófona, mas não apagou seus velhos resquícios teutônicos. Entretanto, a região continua sendo integrada cada vez mais à “nação brasileira”, unindo efetivamente, o patriotismo e o nacionalismo, não mais dividido, mas dedicado exclusivamente ao Brasil.

Referências

- ANDERSON, Benedict R.. **Comunidades Imaginadas**. 4 ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.
- EIDT, Paulino. Colonização Porto Novo: identidade e etnocentrismo? In: **Cadernos do CEOM**. Chapecó: ARGOS. nº 35, dez. 2011. p. 55-74.
- GEARY, Patrick J. . **O mito das nações: a invenção do nacionalismo**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2005.
- GELLNER, Ernest. **Naciones y nacionalismo**. Madrid: Alianza Editorial, 3 ed. 2001.
- GERTZ, René E.. **O perigo alemão**. Ed. UFRGS: Porto Alegre, 1991.
- GIORI, Pablo. Factores de nacionalización: nacionalismo, sociedad civil y prácticas culturales. **Rubrica Contemporanea**, v. 6, n. 11, 2017. Disponível em: <<http://revistes.uab.cat/rubrica>> . Acesso em: 20 ago. 2017.
- HALL, Stuart. **Identidade cultural na pós modernidade**. 11ª ed.. Rio de Janeiro: DP & A, 2006.
- HOBSBAWM, Eric J.. **A era das revoluções, 1789-1848**. 36ª ed.. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.
- HOBSBAWM, Eric J. . Ethnicity and Nationalism in Europe today. **Anthropology Today**, v. 8, n. 1, p. 3-8, fev. 1992. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/30302805>>. Acesso em: 11 ago. 2017.
- JUNGBLUT, Roque. **Porto Novo: um documentário histórico**. Porto Alegre: Letra & Vida, 3 ed. 2011.
- MAYER, Leandro. O medo e o silêncio no contexto da campanha de nacionalização do Estado Novo (1937-1945). In: FRANZEN, Douglas Orestes; MAYER, Leandro (org.). **Porto Novo 90 anos: perspectivas históricas e contemporâneas**. São Leopoldo: Oikos, 2016, p. 161-178.
- RAMBO, Arthur Blásio. Nacionalidade e Cidadania. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira. **Os alemães no sul do Brasil**. Canoas: Ed. ULBRA, 1994, p. 43-53.

REICHERT, Patrício. Origem e trajetória do caboclo de Porto Novo. In: FRANZEN, Douglas Orestes; MAYER, Leandro (org.). **Porto Novo 90 anos: perspectivas históricas e contemporâneas**. São Leopoldo: Oikos, 2016, p. 179-193.

SEYFERTH, Giralda. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira. **Os alemães no sul do Brasil**. Canoas: Ed. ULBRA, 1994, p. 11-27.

SILVA, Haike Roselane Kleber da. A identidade teuto-brasileira pensada pelo intelectual Aloys Friederichs. **Anos 90**. v. 12, nº 21/22, jan./dez. 2005.

SPINASSE, Karen Pupp. O hunsrückisch no Brasil: a língua como fator histórico da relação entre Brasil e Alemanha. **Espaço Plural**, nº 19, p. 117-126, set. 2008. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/44288203_O_hunsruckisch_no_Brasil_a_lingua_como_fator_historico_da_relacao_entre_Brasil_e_Alemanha?enrichId=rgreq-5f6a59bf-6e92-43d3-8a31-](https://www.researchgate.net/publication/44288203_O_hunsruckisch_no_Brasil_a_lingua_como_fator_historico_da_relacao_entre_Brasil_e_Alemanha?enrichId=rgreq-5f6a59bf-6e92-43d3-8a31-935d9d07333f&enrichSource=Y292ZXJQYWdlOzQ0Mjg4MjAzO0FTOjExNzY3NDkxNDg4MTUzN0AxNDA1MDY3Mjk0NDI0&el=1_x_2)

[935d9d07333f&enrichSource=Y292ZXJQYWdlOzQ0Mjg4MjAzO0FTOjExNzY3NDkxNDg4MTUzN0AxNDA1MDY3Mjk0NDI0&el=1_x_2](https://www.researchgate.net/publication/44288203_O_hunsruckisch_no_Brasil_a_lingua_como_fator_historico_da_relacao_entre_Brasil_e_Alemanha?enrichId=rgreq-5f6a59bf-6e92-43d3-8a31-935d9d07333f&enrichSource=Y292ZXJQYWdlOzQ0Mjg4MjAzO0FTOjExNzY3NDkxNDg4MTUzN0AxNDA1MDY3Mjk0NDI0&el=1_x_2)>. Acesso em: 02 de jun. 2016.

WELTER, Ida Müller. **Uma imigrante teuto romena e outros escritos**. Florianópolis: PEST, 2010.